

Joaquim Ribeiro, ministro da Agricultura, deu à Moagem liberdade de nos roubar à vontade e agora diz que a Moagem vai falir. Que comediante!

COMÉDIAS

O mundo apresenta-nos, por vezes, o aspecto duma comédia. Os homens andam a representar perante os outros homens. A salvação da pátria sorve quasi sempre de pretexto para exhibição de um entrecujo ao povo raro se apercebe.
O sr. Joaquim Ribeiro é um mau actor. Faz-nos lembrar certos artistas das companhias francezas, que de quando em quando nos visitam: muitos gestos, muita gritaria, muita vivacidade — e pouca arte. O sr. Joaquim Ribeiro também há tempos, da penúltima vez que foi ministro do Comércio, cantou a aria da salvação da pátria, clamou que ia arrancar o Estado das mãos das Moagem — e deu à Moagem liberdade de arrancar a pele ao povo, aumentando para quanto lhe apetecesse o preço do pão.
A batata estava barata, nessa ocasião, vendia-se a sessenta centavos. Vai o sr. Joaquim Ribeiro, que é lavrador, para salvar o país, permitiu a sua exportação. Resultado: os lavradores e comerciantes exportaram a batata nacional e hoje importa-se batata estrangeira, de qualidade inferior, que o povo paga a dois escudos e vinte centavos.
O sr. Joaquim Ribeiro de cada vez que vai ao poder — sempre ao louvável intuito de salvar o país — favorece o comércio e a indústria em detrimento do povo consumidor.
Anteontem o sr. Joaquim Ribeiro iniciou nova comédia: a falência da Moagem. Foi mal ensaiada a peça e deixou o povo mal impressionado. Entretanto o povo não deve entusiasmar-se por enquanto. Como nos romances, a vítima, a Moagem coitadinha — a pobre Moagem que possui apenas com mil contos em valores — no último acto deve salvar-se e a falência não passará duma invenção de grande efeito do sr. Joaquim Ribeiro.
A Moagem fingiu que se zangou muito com as palavras do seu carrasco, respondeu-lhe enérgicamente em grandes comunicados. Mas não se iluda o público; nem o sr. Joaquim Ribeiro acredita na falência da Moagem, nem a Moagem está irritada por o sr. Joaquim Ribeiro a declarar falida. Tudo aquilo é finta, tudo aquilo é teatro. Os actores são bons amigos, depois de se socarem em pleno palco abraçam-se nos bastidores.
Não há falência da Moagem, há falências de carácter.

REVULSIVOS

Não os há hoje, mas há o seguinte:

POLITICUS ARCADES OMNIBUS (1)

(Vingando os funcionários públicos civis)

(Dedicado e oferecido aos redactores de A Batalha)

Jehovah, quando acabou de modelar o burro,
Tendo-lhe dado, enfim, o sôro animador,
Doou-lhe a estúpidez e deu, por falta, o zurro,
Ficando o animal... melhor que o criador.
O Eterno disse, após: «Caminha!» e deu-lhe um murro.
«As vozes da Razão não têm nenhum valor.
Ouvindo a Dôr gritar, no social enxurro,
Orelhas tu farás de mouco ou mercador.»
O asno, a escoicinhar — condigna acção de graça —
Saltou, descomunal, um zurro apocalíptico...
Sobrando, ao grande artista, a aqinha massa.
Jehovah, então, teve um atroz momento crítico,
Porém, pouco hesitou, a sobre reamassa
E fez, com ela — horror! — o tétrico político.

Lisboa, Domingo, 23 de Março de 1924.

José BENEDY.

(1) O título deste soneto, arranjado por mim, para a circunstância, quer que os políticos, propriamente ditos e os seus múltiplos e sub-múltiplos de todos da mesma fôrça ou da Arcadia, epíteto da Arcadia do Terreiro do Paço, actual de S. Bento, acrescentando a tradução que faço aqui do mesmo título me parece indispensável para esclarecer alguns dos meus dois ou três versos habituais para quem, porventura, o latim seja o que é, exceptuando, claro, o senhor «simplicíssimo» que, no «O Mundo» e há poucos dias, se deu a mim que sei tanto da língua de Virgílio e Horácio como ele de português, a julgar pelo «suello» que aquele publicou sobre a «epístola» que neste jornal sobre a greve recente dos funcionários públicos.
É facto esta excepção por entender de todo aquele «simplicíssimo» ou «simplicíssimo» não sabe ler português ou lê mal e de propósito quando escrito por linhas dretas, não merece que se lhe dê tradução de títulos ou legendas em língua morta.
Basta que vá ingerindo e digerindo águas de vaca, de vitela e porco, com alguma «simplicíssima» e ditas de balaú, com acompanhamento de «Burro», até lhe tocar com o dedo, tanto mais que a boa mesa e a boa pinga suam.
Não é verdade? cidadão «simplicíssimo»?
Biológicamente falando, que grande «simplicíssimo» que você me safu. Linguado lhe falta, pelo menos.
Sabe-me dizer se já fui demitido, por faltar a greve dos funcionários públicos?
Não se esqueça de transcrever o meu nome lá no seu jornal, para fazer ao ânimo do meu ministro, além do meu «suello», a meu respeito.
Ohe que o soneto está bem feitinho, destitua a parte, rimando perfeitamente, sem ofender a Verdade.
Nem Antero, nem Bocage, nem o senhor Camões seriam capazes de fazer melhor nem tão bom.
O amigo desculpe.
Mas quem há de gabar a noiva?
Edespois, o cidadão o disse e sabe perfeitamente, eu sou auto-pangegirista para desforçar do perigoso ostracismo a quem votaram os prosadores e poetas portugueses e estrangeiros, meus contemporâneos, claro está que invejosos do meu talento.

A cidade derruindo por culpa da câmara

Derruam ontem mais prédios em Lisboa — outros continuam ameaçando ruína. Avolumam-se as responsabilidades dos gaioleiros e dos édis

A obra criminosa dos gaioleiros continua produzindo os seus detestáveis frutos. Devido à acção das chuvas e, em vários pontos da cidade, prédios de recente construção, desabando literalmente. Não tem havido vítimas simplesmente porque o sobressalto, o horror e a indignação causados pela trágica derrocada de Campolide conduziram a medidas de precaução. Lisboa está agora tomada dum grande receio e bem legítimo: o receio que os prédios desabem, destruindo-lhes as vidas e aniquilando-lhes os haveres. A tragédia de Campolide alarmou a população, que rapidamente constatou a existência de fortes razões para temer um grave incidente.
Desde os primeiros anos da guerra se estão fazendo edificações sem condições de segurança. Os melhor construídos, segundo opiniões autorizadas, não chegam a durar 20 anos. Os outros, a maioria dos construídos nesse período, não chegarão a durar 10 anos. Outros ainda tem a sua construção cortada por sucessivos desmoronamentos. Construídos todas as vezes, todas as provisões, feitas em condições vergonhosas. Os prédios edificadas por «gaioleiros» destinavam-se a venda imediata. Interesses dos «gaioleiros»: construir o pior possível para lhe sair mais barato e dar, na ocasião da venda, maior margem de lucro.
Resultado de tudo isso: começaram a desabar as construções feitas desde os primeiros anos da guerra. Este ano assumiram um carácter alarmante os desabamentos. Em vários pontos da cidade estão desmoronando prédios. Para o ano ou, para o próximo inverno, o número dos desabamentos vai aumentar e oxalá não haja a lamentar outra incidente trágico como o ocorrido na travessa do Tarjui.
A cidade provisória construída no período da guerra começa a desabar. Dentro de poucos anos nada dela restará, a não ser uma recordação odiosa. Centenas de pessoas tem ficado, nestes últimos dias, privadas das suas habitações, que abateram ou estão prestes a abater.
Há, portanto, a formular contra a Câmara Municipal, uma acusação concreta e terrível. Há dez anos que, com a sua cumplicidade, se estão construindo prédios destinados a vir abaixo; há dez anos que a sua fiscalização, junto dessas edificações, foi completamente inútil e nociva, pois nada deu de benefício e bastantes males e crimes deixou passar. Quando do desmoronamento na rua Correia Teles, em que vários operários da Construção Civil perderam a vida, realizou-se uma grande manifestação de protesto. Formularam-se contra a Câmara justas e enérgicas imprecizações. A Federação da Construção Civil interveio vivamente no caso e apresentou várias medidas tendentes a evitar que os «gaioleiros» persistissem nos seus funestos desígnios. Tudo foi em vão. Agora que se deu a grande tragédia de Campolide, agora que se estão dando, por toda a cidade, consecutivas derrocadas, a Câmara Municipal ainda persistirá na sua criminosa passividade?
Providências! Providências!

Providências! Providências!

Pedem-nos a publicação da seguinte carta:
«Permita-me que, novamente, e em virtude do silêncio que tem tido as entidades a quem compete resolver este assunto, visto que até à data de hoje não consta nada se fez, e como muito acertadamente diz o ditado «vale mais prevenir do que remediar», eu venha nas colunas do nosso jornal pedir providências rápidas e urgentes para o estado deplorável em que se encontra a Vila Elvira, amontoado de casas situadas na Travessa do Tarjui, a Campolide, e a poucos passos do prédio desmoronado que tantas vítimas causou.
Assim, é desejo unânime dos moradores da citada vila que, nos seja dito pelos técnicos se sim ou não a mesma está em condições seguras de poder ser habitada.
Caso esteja, deve o seu actual proprietário Augusto Ferreira Simões, ser intimado a fazer as obras que a vila necessita com a mesma urgência que teve em aumentar as rendas aos seus inquilinos de 2500 para 50000 cada cubículo composto unicamente de três pequenas casas, e de contrário, permita o camará que eu apresente ao Governo o alvitre de todas essas famílias serem recolhidas no antigo Convento de Campolide, onde poderiam, com a vantagem de terem as suas vidas e os seus haveres mais seguros, pagar ao Estado as mesmas rendas que pagam actualmente.
Na incerteza constante do que será para nós o dia de amanhã em virtude do exemplo sucedido aos nossos infelizes vizinhos, e à má qualidade dos terrenos em que são feitas estas construções, é que não podemos nem devemos continuar.
Providências, providências a quem compete contra os «gaioleiros»! — Vítor Hugo Vidal.»
Associação dos Inquilinos Lisboenses
Com desusada concorrência de sócios, realizou-se a anunciada sessão extraordinária para protestar contra os constantes desabamentos de prédios em Lisboa e tomar enérgicas resoluções.
Atacou-se a acção nefasta e perversa dos gaioleiros e seus cúmplices que, neste caso, são os fiscais da Câmara.
As entrevistas concedidas ao «Diário de Notícias» e «Século» foram largamente discutidas e apreciadas desfavoravelmente para os entrevistados, cujas

A cidade derruindo por culpa da câmara

afirmações se não coadunam com a missão que lhes impõe o cargo que desempenham.
Se os fiscais não são obedecidos, tem a Câmara a sua polícia e a força pública à sua disposição. E se a Câmara não pode exercer a sua missão com o zelo e independência desejada tem ela um só caminho a seguir: demitir-se, e expor ao público as suas razões.
Porque não instou a Câmara com o Senado para a discussão do projecto que lá tem?
De resto, quando as leis são insuficientes para garantir as vidas dos cidadãos, há outra lei superior a todas, a da conservação da espécie que a Câmara deve religiosamente respeitar. E basta esta para incutir ânimo aos senhores vereadores.
Houve um orador que citou o caso do senhorio dum prédio da rua Morais Soares, ter sido intimado há 8 meses a fazer obras e até hoje ainda as não fez. Outro orador referiu-se ao prédio da mesma rua n.º 71, que há meses caiu e cujas obras começaram mas por sucessivos dias duraram, achando-se interrompidas e sem esperança de se recomenciar, com grave prejuízo dos seus antigos inquilinos.
Debatido este assunto com grande calor, foi apresentada e aprovada por unanimidade uma moção que vai ser entregue ao chefe do governo e em que se reclama:
«Obrigam-se os senhores intimados a fazerem obras a começarem-nas imediatamente, sob pena de prisão, aplicando-se-lhes uma pesada multa por cada dia em que as obras estiverem paradas. Os inquilinos obrigados a sair devem ter o direito de regressar às suas antigas residências, sem aumento de renda, como penalidade imposta aos senhores. As obras devem ser fiscalizadas por um técnico nomeado por esta Associação, que se electuem em casas de inquilinos pertencentes a esta colectividade. Os senhores devem ser obrigados a executar as obras num determinado prazo e os operários que nelas trabalham e tenham conhecimento que o material empregado é mau devem participar-lhe a esta Associação para se tomarem providências.»
No final foi louvada a atitude da imprensa que tem exporado a criminosa obra dos «gaioleiros».
Os desabamentos de hoje
Na Avenida Visconde de Valbom abateu uma empresa no prédio que tem as letras A. N. S. O prédio ameaça ruína.
Na estrada dos Prazeres abateram esta madrugada, o prédio n.º 8 e 10. As mobílias dos inquilinos ficaram destruídas, quasi destruídas, sob o entulho.
Na Avenida Cinco de Outubro de um prédio em construção junto do que tem o n.º 307, abateu uma parte das trazeiras, ameaçando também ruína o outro prédio a que nos referimos.
No Arco do Cego desabou hoje de manhã uma empresa dum dos prédios que se acham em construção em frente do palácio Galveias.
Na rua Campo de Ourique, 153, pá-

O novo assalto da Carris

A Câmara concedeu o aumento de tarifas

O acórdão da Comissão Arbitral de Tarifas para a Carris de Lisboa, da deliberação ultimamente tomada pela Câmara acerca do seu pedido para aumentar o preço dos bilhetes, acórdão que é precedido de várias considerações, é o seguinte:
1.º Os preços dos bilhetes anuais da Companhia Carris de Ferro de Lisboa foram fixados em \$50, \$80, \$100 e \$150 por uma, duas, três, quatro e cinco zonas respectivamente.
2.º A base da actualização fixada na referida deliberação da Câmara Municipal de Lisboa que permitia chegar ao actual momento a estes mesmos resultados e que, portanto, tem por justo e conveniente, seria a constituída pelas tarifas de \$40, \$60, \$70, \$80 e \$90 por uma, duas, três, quatro e cinco zonas respectivamente, consideradas em vigor quando a divisa cambial se esprima por 238.
O acórdão é assinado pelos srs. Fernando Augusto Freiria, presidente nato da Comissão, João Carlos Alberto da Costa Gomes (vencido na parte em que as actas notificam) e Francisco Sales Ramos da Costa, delegados da Câmara, Carlos Olavo Correia de Azevedo e José Ferreira da Silva, delegados da Companhia.
Conferência Inter-Sindical
Ficou novamente adiada
Bem contrariada se vê a comissão administrativa da U. S. O. ao ter que fazer um novo adiamento da Conferência Inter-Sindical, que estava marcada para o próximo domingo.
Este adiamento é feito a instâncias de s. ex.º o sr. Reitor do Liceu Camões, em consequência de, só nas próximas férias da Páscoa, que começam a 13 de Abril, poder dispor convenientemente do Ginásio daquele Liceu para as sessões indicadas pela comissão.
Para tratar deste assunto reúne hoje a comissão administrativa da U. S. O. pelas 20 h.

A cidade derruindo por culpa da câmara

teo existe um grupo de casas abarrastadas denominadas «Cabanos do Pal Tomaz». Ontem próximo das 22 horas desabou uma destas que era habitada por Pedro Tomaz.
O locatário salvou-se por se não encontrar em casa no momento da derrocada.
A propriedade pertence a Guilherme Nogueira Sampaio, rua das Janeiras Verdes, 104, 2.º
Outro desabamento!
Ontem abateram as trazeiras dos prédios n.ºs 8 e 10 da Estrada dos Prazeres, não havendo, felizmente, vítimas a lamentar.
As 150 pessoas que viviam nesses prédios tiveram de vir para a rua, não tendo agora onde habitar.
Há um ano, segundo nos informam, fez-se ali uma vistoria sendo dados os prédios como inabitáveis por ameaça de ruína. Os inquilinos, como não tivessem para onde ir, ficaram lá. Sucede ainda que o senhorio, Abílio Nunes de Carvalho, já depois dessa vistoria, deu 400000 a um inquilino para sair a fim de outro ir para lá pagar 100000 mensais, o que nunca sucedeu, e tentava aumentar as rendas aos restantes inquilinos.
O prédio da rua Francisco Foreiro, 7, ameaça grande perigo, tendo sido o seu proprietário já há tempo intimado a fazer obras.
Parte dos inquilinos já saíram tendo ficado apenas o do 1.º andar.
A propriedade fica ao lado da fábrica Portugal. O chefe Heitor, dos bombeiros mandou evacuar parte das oficinas, por recear que o prédio venha a cair sobre estas.
O prédio n.º 47 da travessa Conde de Avintes, ameaça ruína. Nas mesmas condições encontram-se: o prédio M. L. J. da rua Barbosa do Bocage e o da rua Andrade Corvo, 19.
Foram mandados evacuar por ameaça ruína, o prédio n.º 28 da rua Aguiar Brotero e o da Avenida Casal Ribeiro, 14.
Ameaça ruína o prédio da rua Pinheiro Chagas, 26, cujo senhorio já foi por diversas vezes intimado a fazer-lhe as obras de que carece para garantir-lhe a estabilidade.
Na rua Heróis de Kionga há três prédios, que tem respectivamente os n.ºs 10, 12 e 14 oferecem perigo de desabamento tendo sido ontem de tarde vistoriados.
Na Azinhaga do Asno, perto de Palma de Cima, numa quinta que fica à esquerda, subindo, existe uma fábrica de azulejos, que ameaça ruína, abateu-se as suas paredes.
Procurou-se o operário da fábrica de material de guerra João Carixaxo, para nos dizer ter sido de sua iniciativa a quete que foi depositada na bandeira dum dos sindicatos representados nos funerais das vítimas realizados no domingo.
Federação Marítima
O Conselho Federal, na sua última reunião, protestou enérgicamente con-

CRONICA PARA LAMENTAR

NO CIRCO DE SÃO BENTO

Notas rápidas duma sessão que pouco existiu, das questões importantes que nela se trataram, duma zanga do sr. Bairos Queiroz e do mais que os leitores imaginarem
A sessão de ontem quasi que não existiu, tal a falta de interesse que nela se manifestou, não dando ao «reporter» um episódio que lhe desfogasse a verve. Mas com a ajuda dos santos da casa, vai o «reporter» registando um ou outro facto, adquirida a velocidade de se falar todos os dias numa «coisa» realmente inútil.
O presidente é homem de palavra. E como prometteu, às 14 horas — não em ponto, dado o atraso do relógio — fez iniciar a chamada, à qual responderam sete deputados. O sete sempre foi o número da lenda...
A's 15 horas começa a segunda chamada. Respondem 47 deputados. Como vemos, o número deu um pingo formidável. Os deputados estão muito contentes, mostrando que agora tem muito juízo. O presidente, com a severidade de reitor, declara aberta a sessão.
Ouve-se um trovão formidável, semelhante ao da derrocada. Um prédio que caiu? Não. É o sr. Fares de Carvalho que está indignado contra o Banco Ultramarino, que faz descontos, sobre os cheques, com uma taxa superior à taxa de prémio, o que provoca graves transtornos no comércio com as colónias. O sr. Alvaro de Castro, que tem resposta pronta para todos, responde que para o mês que vem se resolve o assunto.
O sr. António Correia, com as lágrimas nos olhos, pede que se discuta um projecto da sua autoria que pretende anular a desigualdade de tratamento para as mulheres condenadas a pena maior e a remover determinadas anomalias das leis em vigor. O projecto é aprovado, o que registamos com razoável scepticismo.

O povo de Lisboa tem de vir à liça defender a sua vida

prédios quando estes não podem pagar quantias insignificantes.
Termina por dizer que a proposta do dr. sr. Beirão da Veiga merece ser aprovada.
O sr. Alexandre Ferreira declara que a responsabilidade não era da Câmara, pois ela não tem lei alguma de embargo as obras quando elas estão sendo construídas com maus materiais e é essa a causa de se encontrarem prédios ameaçando ruína. A lei 63 fora revogada pela lei 64 que tornou obrigatória a prévia vistoria aos prédios.
O orador também aprecia as leis em vigor e cita as dificuldades que há para desalojar os inquilinos à face delas, mas repete que o mal está em não haver meio de embargar as obras e daí a necessidade de aprovar com urgência o projecto de lei da autoria do sr. Luís d. Amorim que se encontra no Senado da república, tendo já tido aprovação na câmara dos deputados.
Expõe as medidas ultimamente adoptadas pela comissão executiva, já do conhecimento público e do facto do governo já ter cedido alguns dos seus estabelecimentos para alojamento dos inquilinos que tivessem de sair dos prédios que ameaçam ruína. Quanto à fiscalização o sr. Alexandre Ferreira faz a seguinte declaração, para provar que ela não tem deixado de se fazer:
Desde 1 de Janeiro de 1922 a 31 de Março, foram 1901, os processos de transgressão levantados por falta de licença de construção.
As multas correspondentes foram na importância de 37.960\$00. Os processos de transgressão levantados por falta de licença de habitação foram 875, e as multas correspondentes no valor de 16.300\$00. As prisões efectuadas por desobediência às intimações da policia em número de 13.
A receita das multas recebidas pela Câmara foram 50%, das aplicadas produziram 232.175\$50.
Desde 1 de Abril de 1923 a 24 de Março de 1924 os processos de transgressão por falta de licença de construção foram de 992. As multas correspondentes foram de 49.000\$00. Processos de transgressão levantados por falta de licença de habitação foram em número de 522 e as multas correspondentes produziram 31.500\$00. As capturas efectuadas por desobediência da intimação da policia foram 28. Receita de multas recebidas pela câmara, 50 por cento, 255.175\$87.
Bando periclitório
A comissão de ferro-viários da C. P. que trata da organização do bando periclitório para os sobreviventes da catástrofe de Campolide, convida os organismos protetores que tomaram parte nos funerais e outros que o queiram fazer, a enviar delegados a uma reunião que hoje se efectua no Sindicato Ferroviário, rua do Arco do Marquês de Alegrete, 30, 2.º, pelas 21 horas, para se constituir definitivamente a comissão, devendo tratar-se do auxílio a prestar desde já às vítimas com as importâncias já recebidas.

IRLANDA

Divergências militares

DUBLIN, 25.—O general Dufay novo comandante em chefe das tropas do Estado Livre tem conseguido formar um núcleo de tropas excelentes com as quais está disposto a manter a ordem a todo o transito. Os oficiais rebeldes por seu turno embora dispostos a resistir a qualquer acção violenta, empenham contudo todas as suas influencias pessoais e politicas para que o assunto tenha uma resolução satisfatória.

RÚSSIA

Hugo Stinnes monopoliza...

BERLIN, 25.—Foi firmado um contrato que garante a Hugo Stinnes o monopólio durante um ano da benzina e dos óleos lubrificantes na Rússia.

SUÉCIA

A proclamação da república

ATENAS, 25.—Hoje realiza-se nesta cidade as festas da celebração da independência grega, realizando-se também a festa da proclamação da república. A Assemblia Nacional deposita do serviço religioso da Catedral votará a queda da dinastia.

NORTE-AMÉRICA

Desastre marítimo

NEW-YORK, 25.—O vapor «Presidente Monroe» encalhou ao largo da Florida. O mar está calmo não havendo portanto perigo imediato. O navio leva 33 passageiros.

lâmpadas de gás: quando estas lâmpadas se apagam, fica a câmara escura. E lá no alto, o presidente olha indiferente para aquilo tudo.

A companhia, como se vê, não deu espectáculo. Não ficou contente a «claque» do cavauzinho, mas não faltaram ocasiões para rir, tanto mais que os

fala na chegada de mais «clowns».

Galeria dos "amarelos" do funcionalismo

"Amarelo" como jornalista, "amarelo" e parasita como funcionário

Recebemos a seguinte carta que passamos a publicar e que revela mais um "amarelo" da última greve do funcionalismo que cabe bem na "galeria":

Camaráda redactor—A propósito da greve do funcionalismo, a que o seu jornal largamente se vem referindo, especialmente no que diz respeito aos amarelos, venho recomendar a v. e. aos seus leitores mais um jornalista-burocrata, daqueles que, nada produzindo do Estado, dele recebem, todavia, vencimentos, com a agravante de prejudicarem a solidariedade da classe nos seus legítimos movimentos de protesto.

Trata-se do sr. João Rodrigues Consuelo, ex-director da Imprensa Nacional de Lisboa, e actualmente assalariado no Metrôpoli com a categoria de 1.ª official chefe de Secção do Ministério das Colónias, onde não põe os pés. Pois este robando e sonoro cavalheiro, que em 1921 fôra ignóbilmente a greve dos trabalhadores da Imprensa, quando para o *Século* abandonava, permitiu-se, num dos dias da greve dos funcionários públicos, pregar às massas dizendo que o funcionalismo estava sendo agido por um poder oculto, que tanto o podia ser a C. G. T. como a alta finança!

Criei, prezado camarada e redactor, não sei preciso mais para realçar o fôro deste zeloso funcionário e diligente redactor do *Século*, o fêdo orgão das forças vivas que tam desinteressadamente tocou o bordão do patriotismo no recado e justo movimento dos esmagados funcionários civis.

Pode, portanto, *A Batalha* enfiar mais este parasita-jornalista na galeria dos amarelos, na certeza, porém, que não será ainda o último...

De v. etc., etc., **Júlio Nunes.**

Mais alguns para a lista

João Joaquim da Costa Azevedo 1.ª

Official da Contabilidade Pública.

Funcionário com muita «cidez» (termo seu) mas com pouca assiduidade e muito pouco zelo.

Entrou para a burocracia em 1916, sem concurso, tendo sido promovido sempre, sem concurso. Não sabe somar e o tempo que está repartido é quasi nullo sendo assim consumido em passatempos de republicanismos e tratar de preleções estranhas ao seu lugar.

É fêto o único trabalho que presta pelo qual o Estado lhe paga mensalmente 787550.

De particular recebe também a remuneração do trabalho prestado entre o qual avulta a isenção de serviço militar a diversos mandatos a ele sujeitos.

Para avaliar da competência deste funcionário só bastará lembrarmos-nos que uma vez que houve lembrança de o transferir de Repartição nenhum chefe o quis para a sua, pelo que acordaram entre si, riu-lo e carregou com ele aquele que o «biche» saíu.

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

INGLESES

Original de LORJÓ TAVARES

TEATRO
ELEFONE

Amanhã
1.ª representação
das peças

NACIONAL
ORTE 3049

A Irmã Cruz de Guerra

Original de CARLOS A. FERREIRA

AS GREVES

Gráficos das Casas de Obras
NOTA OFICIOSA

Mantém-se ainda sem solução, a greve na Tipografia Maurício.

Tendo esta comissão conhecimento que parte do pessoal desta oficina está empregado, e na disposição de não voltar a ir para ali trabalhar, convidamos esses camaradas a virem ao sindicato declarar se desistem dos seus antigos lugares, afim de orientar esta comissão nas resoluções a tomar, com referência a este conflito.

Esta comissão exorta a classe tipográfica a acatar as resoluções da assembleia magna da classe, mantendo a todo o transo o salário mínimo de 20500, tanto mais que vários camaradas já auferem salários de 25500 e 26500.

Devem reunir amanhã, às 19 horas, os delegados das oficinas, juntamente com esta comissão, afim de apreciar os assuntos da máxima importância e do maior interesse para a classe.—A comissão pró-aumento de salário.

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

Vida Sindical

C. G. T.
Comité confederal

Reúne hoje, pelas 21 horas,

Secção de federações

Reúne amanhã, pelas 21 horas, a comissão organizadora da conferência de secretários gerais.

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

Interesses de classe

Aos operários litógrafos e anexos

O indifferntismo que lavra na classe, obriga a comissão administrativa da Associação dos Litógrafos e Anexos a vir dizer aos respectivos operários quanto é prejudicial a sua atitude, pois não dão ao sindicato aquele esforço que é indispensável para se impor e conseguir o que de direito lhes pertence.

Não é só pagando a sua cota semanal que o operário marca a sua qualidade consciente; também quando se efectua uma assembleia geral é necessário a sua comparecência, para que aqueles que se encontram a frente do sindicato tenham a força indispensável para reclamar aos industriais o que é de justiça.

Nos tempos que vão decorrendo, em que os salários que auferimos não chegam para fazer face à sempre crescente subida de todos os artigos essenciais à vida, devido à criminosa cumplicidade dos governos ligados aos moageiros e assambarcadores, não será criminoso negarmos ao nosso organismo a força de que ele necessita?

Não devemos só interessar-nos pelas questões de carácter económico, mas também conseguir melhorar as nossas condições de trabalho, visto estar provado que as actuais são as piores para prejudicar a saúde daqueles que labutam na indústria, especialmente o aprendiz a quem devemos dispensar algum carinho e protecção.

Outra questão que não podemos esquecer é a da mulher na indústria. Embora a sua maioria esteja sindicalizada, temos o dever de a preparar para que saiba o papel que tem a desempenhar no futuro, de maneira a não ser agora a escrava do patronato e do homem, como hoje temos ocasião de verificar.

As mulheres devem também comparecer nas assembleias e tomar parte nos seus trabalhos, como um valor social que são.

Alguns militantes da classe, que têm trabalhado com muito boa vontade, não sabemos porque razões tem deixado de prestar o seu curso.

Espera a comissão administrativa do Sindicato dos Litógrafos e Anexos que lhe dêem a solidariedade para bem se poder desempenhar da missão que lhe foi imposta, e que é integrar-se no verdadeiro sindicalismo.

Avante, pois, pelo nosso sindicato! — A comissão administrativa do Sindicato dos Litógrafos.

</

